



CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Essa sessão foi registrada através de notas taquigráficas do Setor de Taquigrafia e revisada pelo Setor de Revisão da Câmara Municipal de Aracaju

e-mail: setortaquigrafiacma@gmail.com

50ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2024

(a ata desta Sessão está disponível em <https://www.aracaju.se.leg.br/processo-legislativo/atas-das-sessoes/2024/dezembro/ata-da-104a-sessao-ordinaria-10-12-2024.pdf/view>)

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Sob a proteção de Deus e em nome do povo aracajuano, declaro aberta a 50ª Sessão Extraordinária. Temos alguns expedientes para ler, pastor Eduardo.

1º SECRETÁRIO EDUARDO LIMA – REPUBLICANOS – LEITURA DO EXPEDIENTE

Expediente Extraordinário, 10 de dezembro de 2024.

Projeto de Lei Ordinária nº 300/2024, autoria do vereador Cícero do Santa Maria. (Leu).

Requerimento nº 396/2024, autoria do vereador Elber Batalha. (Leu).

Requerimento nº 399/2024, autoria da vereadora Professora Sônia Meire. (Leu).

Requerimento nº 402/2024, autoria do vereador Elber Batalha. (Leu).

Requerimento nº 403/2024, autoria do vereador Elber Batalha. (Leu).

Requerimento nº 406/2024, autoria do vereador Fabiano Oliveira. (Leu).

Requerimento nº 409/2024, autoria da vereadora Professora Sônia Meire. (Leu).

Lido o Expediente Extraordinário, senhor presidente.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Vamos pedir a vereadora Sheyla Galba que faça a leitura bíblica.

SHEYLA GALBA – UNIÃO BRASIL – LEITURA BÍBLICA

Obrigada, senhor presidente. “Em Deus tenho posto a minha confiança; não temerei o que me possa fazer o homem”. Coisa linda! Amém! (Salmo, 56:11). Amém, amém, amém, amém!

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Amém.

Pauta da 50ª Sessão Extraordinária.

Projeto de Lei nº 142/2024, Camilo Daniel. Em redação ao final. (Leu). Projeto está em apreciação. Não havendo quem apreciar, vai à sanção.

Projeto de Lei nº 20/2024, Professora Sônia Meire. Em segunda votação. Em regime de urgência. (Leu). Com emendas faltando parecer na Comissão de Justiça.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Cadê as emendas aqui para poder localizar, por gentileza? As emendas estão aqui já no sistema? Traga, por favor. Estou olhando as emendas. Calma. Senhor presidente, na comissão... Em que pese, já tem o meu voto para plenário, mas na comissão, eu acabei de ler, são sete emendas. São sete ou são oito emendas? São oito emendas, eu acabei de conferir aqui. Eu vou citar uma por uma para poder fundamentar o meu voto. A primeira emenda, Emenda nº 1, emenda modificativa, modifica o § 1º do Artigo 2º do Projeto de Lei para passar a constar a seguinte redação, foram adaptações. “§ 1º As câmeras deverão estar obrigatoriamente acionadas e captando imagens durante todo o expediente, principalmente quando a gente estiver em situações de abordagens, fiscalizações, buscas, varreduras, operações, acidentes e demais interações com o público.”. Emenda nº 2: “Modifica-se o § 4º do Artigo 2º do Projeto de Lei nº 20/2024, fazendo constar a seguinte redação: ‘Fica assegurado ao agente da guarda municipal o direito de interromper a captação de imagens e sons em momentos de estrita privacidade, como no momento de refeição ou de utilização do banheiro, desde que não esteja em nenhuma situação de abordagem, fiscalização, busca, varredura, operação, acidente, demais interações com o público.’”. Emenda nº 3: “As imagens e áudios produzidos deverão ser armazenados e guardados por um período mínimo de um ano.”. Emenda nº 4, emenda modificativa ao § 1º do Artigo 3º: “O período mínimo em que se

refere o caput se estenderá a dois anos: I – Quando ocorrer prisão em flagrante; II – Quando ocorrer ingresso em domicílio, com ou sem mandado judicial; III – Quando se efetivar a busca pessoal veicular; IV – Quando houver disparo de arma letal ou não letal; V – Quando houver ofensa à integridade física ou à vida.”. Emenda modificativa nº 5, modifica o Artigo 4º: “A disponibilização dos registros audiovisuais deverá ser feita pela unidade administrativa competente: I – Mediante a requisição dos magistrados, de membros do Ministério Público, da Defensoria Pública, membros do Poder Legislativo do município de Aracaju, de autoridades policiais ou administrativas responsáveis por investigação formalmente instaurada; II – Por meio de requerimento de vítimas, acusados ou investigadas, seus advogados regularmente constituídos.”. Emenda nº 6, emenda modificativa ao parágrafo único do Artigo 5º do Projeto de Lei nº 20/2024: “Modifica-se o parágrafo único do Artigo 5º do Projeto de Lei nº 20/2024, fazendo constar a seguinte redação: ‘Parágrafo único. A disponibilização ou divulgação do conteúdo das gravações, ainda que no âmbito institucional, deverá observar as regras e princípios previstos na Lei Geral de Proteção de Dados e Lei de Acesso à Informação., observando-se também o direito à privacidade e das demais pessoas pertencentes a grupos vulneráveis.’”. Emenda nº 7: “Acrescenta-se parágrafo único ao Artigo 6º do Projeto de Lei nº 20/2024, fazendo constar a seguinte redação: “Paragrafo único. O início da utilização dos equipamentos não poderá exceder o prazo de 18 meses após a data da publicação desta lei.”. Emenda modificativa ao Artigo 7º, Emenda nº 8: “O Poder Executivo deverá regulamentar esta lei no âmbito da Secretaria de Defesa Social e Cidadania, devendo instituir Comissão de Mitigação de Risco, além de estabelecer o modelo de acoplamento ou desacoplamento do equipamento, método de ativação e protocolos de serviço para garantia da cadeia de custódia, do uso adequado das câmaras corporais, capacitação para manusear, armazenamento e guarda dos dados audiovisuais.”. Senhor presidente, no aspecto legal, eu não vejo nada que impeça a tramitação. Que pese no mérito, eu tenho um pensamento contrário, voto contrário, considerando que a guarda precisa de estrutura mínima, como o Sargento Byron estava falando aqui, de um rádio. Então, a gente tem muita coisa ainda para poder melhorar no tocante. Também entendo que essa é uma discussão muito complexa para ser feita, mas, nesse momento, na comissão não tem nada que impeça a tramitação dessas emendas. Eu voto pela tramitação. Como vota Sargento Byron?

SARGENTO BYRON – REPUBLICANOS

Não vejo nenhum óbice para que haja tramitação no aspetto legal. Então, sigo o relator.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Como vota o vereador Elber Batalha?

ELBER BATALHA – PSB

Acompanho Vossa Excelência.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Vereador Anderson de Tuca, em breve nosso secretário da Comissão?

ANDERSON DE TUCA – UNIÃO BRASIL

Sigo Vossa Excelência, mais uma vez, de reconduzir a essa presidência que Vossa Excelência trabalha com maestria, como sempre, nosso grande ministro. Voto com Vossa Excelência.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ad hoc, como vota o vereador Fabiano?

FABIANO OLIVEIRA – PP

Pela tramitação.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Aprovado na Comissão, presidente.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Vamos à Comissão de Segurança e Administração. Breno.

BRENO GARIBALDE – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, TECNOLOGIA, SEGURANÇA, ADMINISTRAÇÃO, TRANSPORTES E COMÉRCIO

Também não vejo nada que impeça a tramitação. Como vota a vereadora Sheyla Galba?

SHEYLA GALBA – UNIÃO BRASIL

Sigo o relator.

BRENO GARIBALDE – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, TECNOLOGIA, SEGURANÇA, ADMINISTRAÇÃO, TRANSPORTES E COMÉRCIO

Como vota *ad hoc* o vereador Cícero de Santa Maria?

CÍCERO DO SANTA MARIA – PODEMOS

Sigo o relator, presidente.

BRENO GARIBALDE – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, TECNOLOGIA, SEGURANÇA, ADMINISTRAÇÃO, TRANSPORTES E COMÉRCIO

Ad hoc, vereador Fabiano Oliveira?

FABIANO OLIVEIRA – PP

Sigo o relator.

BRENO GARIBALDE – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, TECNOLOGIA, SEGURANÇA, ADMINISTRAÇÃO, TRANSPORTES E COMÉRCIO

Aprovado na Comissão.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

A Emenda nº 1 está em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

A Emenda nº 2 está em discussão. Não havendo quem queira discutir em votação. Aqueles que concordam permaneçam...

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PELA ORDEM

Presidente, está votando no que? A urgência? Estava falando das emendas naquela hora. Vai votar urgência?

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Já votando as emendas.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PELA ORDEM

Mas vai voltar urgência ainda, não é?

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Quando discutiu as emendas, a gente já tinha aprovado a urgência.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PELA ORDEM

Entendi. Entendi.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

A Emenda nº 2 continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovada.

Emenda nº 3. A emenda está...

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Presidente, registro meu voto contrário a todas as emendas, viu? Eu voto contrário ao projeto. Então, já registro contrário a todas as emendas.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Então, vamos votar em bloco. Alguém aqui é... Vereador Byron, contrário a todas as emendas. Diego, contrário a todas as emendas. Mais alguém contrário às emendas? Pastor Eduardo contrário as emendas. Contrário, também, Sheyla. Contrário às emendas.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Bora, presidente.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

As emendas foram aprovadas. O Projeto de Lei está em discussão. Para discutir, Professora Sônia Meire. Depois, Pastor Diego.

PROFESSORA SÔNIA MEIRE – PSOL – DISCUTINDO PROJETO

Senhoras e senhores, hoje é um dia muito importante também, mais um dia importante aqui na Câmara. E eu quero anunciar aqui a presença também de pessoas

que vêm acompanhando esse debate aqui na Câmara, desde que nós construímos coletivamente esse projeto com boa parte da população, incluindo a população que vive em situação de rua, população negra, homens e mulheres periféricos e periféricas. Quero dizer que a segurança pública em nosso país está passando pelo momento mais crítico dos últimos anos e o caso de violação de direitos tem sido uma estupidez, uma barbárie. Todos, todas e todes têm observado, têm acompanhado o que está acontecendo em algumas cidades brasileiras. Nós acabamos de sair agora do julgamento de Genivaldo Santos, que só foi possível chegar onde chegou, com a culpabilização dos que mataram, dos assassinos de Genivaldo, porque houve uma filmagem feita pelas pessoas que estavam no local no dia que Genivaldo foi torturado e assassinado. Nós temos uma discussão nacional. Ontem, o STF, inclusive, determinou que em São Paulo fosse obrigado o uso de câmara nos uniformes em tempo integral, em todo o seu trabalho. Nós estamos vivendo em um processo que precisa, cada vez mais, ser assumido, que há uma crise na segurança desse país em todas as esferas, em âmbito federal, porque Genivaldo foi passou por um processo de uma ação tática totalmente errada, que tirou a vida de Genivaldo pela Polícia Rodoviária Federal. Nós temos vários casos no país e em Sergipe, que alguns foram arquivados e outros estão em processo de análise. Nós já tivemos casos também na Guarda em Aracaju, que os casos foram arquivados e não foram comprovados, que a ação da Guarda foi que possibilitou aquele ato. Mas quero dizer o seguinte: nós vivemos em um sistema de segurança que nós não temos protocolos definidos e formas de controle da ação, como muitas vezes se diz aqui. Eu estive, na semana passada, passei quase que a manhã inteira, com o Ministério Público, discutindo a efetivação e a construção desses protocolos que são muito necessários. Assim como também discutimos os problemas de saúde de quem estar trabalhador e trabalhadora da segurança pública. Temos denunciado inúmeros casos aqui e, desde que nós assumimos, temos recebido inúmeras denúncias e a população chamando a nossa responsabilidade, assim como também na ALESE, porque essa ação não é direcionada apenas à Guarda, é à Polícia Militar, em todas as esferas. E aí elaboramos um Projeto de Lei com os movimentos sociais, discutindo com o Estado, com o Município. Fizemos aqui também uma Audiência Pública e eu quero colocar aqui algumas partes, trechos da Audiência Pública. Queria que Marquinhos pudesse projetar aqui agora as imagens de três pessoas que participaram da Audiência Pública. Um procurador, uma representante do movimento social e uma professora de universidade. (*Exibição de vídeo*). O que a professora Andreia traz é a necessidade do controle e do

uso da força nas operações. Não é necessariamente apenas os casos que levam à alta letalidade e à morte das pessoas, mas é o uso dessa força, o abuso do uso dessa força. Por outro lado, policiais, também, agentes de segurança, como os da Guarda Municipal, reclamam pelo assédio que sofrem e respondem processos, porque não teve uma câmera filmando o que ocorreu no momento que ele estava em uma situação e ele está sendo julgado para responder por algo que ele não tem como, porque não tem como visualizar. Senhoras e senhores, esse projeto é para atender diretamente ao fortalecimento de uma segurança pública com segurança para a população e para os agentes de segurança pública, ao qual eu peço aqui toda atenção e a população está aqui nos escutando para que ele seja aprovado da melhor forma, até porque nós tomamos – só um segundo para explicar – o devido cuidado de colocar a não implementação imediata, porque ano que vem terá recurso do Governo Federal para financiar aquilo que os guardas têm colocado e que precisa de estrutura. Isso tem que continuar sendo exigido, inclusive na Lei Orçamentária Anual e no PPA que a próxima gestão vai apresentar para esta Casa e nós deveremos votar em favor da melhoria da segurança pública como um todo, e há recursos federais que não vão comprometer os recursos municipais para a implementação da câmera nos uniformes da guarda. Por isso, eu termino aqui apelando para que a gente possa votar em favor da população e da melhoria da qualidade do trabalho da Guarda Municipal e em favor, também, dos agentes da Guarda Municipal.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO EDUARDO LIMA – REPUBLICANOS

Para discutir o projeto, vereador Pastor Diego. Você vai discutir daí, Pastor?

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – DISCUTINDO PROJETO

Vou sim. Presidente, eu queria justificar aqui, somando a fala inicial do promotor de justiça, doutor Rogério, quando ele disse o seguinte: servidor público é servidor público na essência. Seja nós, vereadores, seja qualquer servidor, ele é regido pelo princípio da transparência e não tem do que se esconder dos seus atos. É a mesma coisa da gente aqui na Câmara não querer que tivesse filmagem para as votações e decisões e acordos são firmados aqui dentro. Então, não. Servidor público é servidor público e os seus atos têm que acontecer com transparência. Os seus atos têm que ser visíveis, não tendo que se esconder e não tendo que se omitir. A minha discussão aqui foi a mesma discussão que eu apresentei na primeira votação. É bem verdade que, lamentavelmente, nós temos visto acontecer várias ondas de violências policiais. Também nós vimos constantemente, com o advento das redes sociais, violências contra

policiais. Hoje mesmo, nas redes sociais, a gente vendo uma abordagem de três praças, eles chegam numa vila e a população vai para cima deles e vira um caos, uma confusão. A câmara segurança, obviamente, vai trazer uma transparência maior das ações, dos atos que são realizados, não temos o que questionar. A discussão aqui é: ainda não temos uma orientação a nível nacional de como é que isso deve acontecer. O Ministério da Justiça está deixando a cargo de cada estado e cada município fazerem a sua regulamentação, fazerem aquilo que entende. E outro ponto importante que é o motivo do meu voto especificamente: hoje a Guarda Municipal, quem aqui é guarda sabe, infelizmente, das dificuldades mínimas que os guardas municipais passam em nossa cidade enquanto EPI, enquanto material de segurança, enquanto material para o trabalho em si. Então, a gente encontra guardas municipais diariamente que não têm o mínimo de estrutura para exercer a sua função enquanto guarda. A minha discussão é: esse projeto é um projeto importante? É. Fizemos uma Audiência Pública aqui? Fizemos, mas eu ainda acho que é muito pouco considerando a complexidade e a profundidade desse assunto. Os investimentos que irão fazer, o custo que isso vai ter para os cofres do município de Aracaju. Então, este é um tema importante, é um tema que requer de fato uma sensibilidade, nós precisamos dessa transparência, mas da forma que está sendo feita, em regime de urgência, eu acho que não é o melhor caminho. Eu acho que esse projeto tem que ser discutido com calma, com paciência. Nós precisamos, de fato, ouvir melhor a comunidade da Guarda Municipal, os seus representantes, os agentes aqui, nós precisamos entender para eles o que é prioridade. Eu tenho certeza que se a gente for conversar com os guardas, eles vão trazer uma lista de prioridades. “Vereadores, está faltando isso. Está faltando aquilo. Está faltando aquilo. Isso não é prioridade no momento.”. Então, hoje, entendendo que nós temos necessidades maiores na Guarda Municipal para gente poder avaliar e a gente decidir é que eu voto contra esse projeto no mérito. Então, o meu voto é contrário, vereador Sargento Byron.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO EDUARDO LIMA – REPUBLICANOS

Sheyla está aqui. Vereadora Sheyla está aqui, vereador Elber. Professor Bittencourt, para discutir.

PROFESSOR BITTENCOURT – PDT – DISCUTINDO PROJETO

Muito obrigado, meu caro pastor Eduardo. São muitos pastores, portanto esta é uma Casa abençoada. Primeiro, Professora, eu queria parabenizá-la pelo seu projeto, Professora Sônia Meire. Eu acho que a senhora traz aqui uma discussão que no mínimo

é necessária que possamos nesse momento que o Brasil tem vivido. No mínimo, o projeto da senhora tem o grande mérito de colocar, dar luz a uma discussão necessária. Não há qualquer um aqui, Byron, que não leve em conta a necessidade de tratarmos a segurança de modo diverso do que temos tratado. A nossa política de segurança implica em dois extremos que são contraditórios, mas são absolutamente associados: é a que mais mata o cidadão e é o que o policial mais morre. Portanto, há uma contradição absurda nesse sentido. A polícia que mais mata é também a polícia que mais morre. E ninguém quer a polícia que mais mate e muito menos que o policial seja o que mais morra. Portanto, não tenha dúvida, ninguém aqui tenha dúvida de que numa ação policial, utilizando as prerrogativas legais que lhe são de direito, ninguém aqui quer que qualquer policial corra qualquer risco em benefício do bandido. Ninguém, Byron. Ninguém, ninguém, ninguém. Entre a vida do policial, que é representação real da ação do estado e do cidadão, do exercício da cidadania, nós não queremos que o policial seja arranhado. O risco à vida do policial é um risco à vida, a nossa segurança, a nossa integridade, a nossa cidadania, nossos direitos humanos inclusive. Não existe direitos humanos sem uma força policial respeitosa, atuante que combata de modo contundente o universo do crime. Mas não pode acontecer isso de modo indistinto, em que negros, como eu, como Binho que aqui está, como o próprio sargento Byron, sejam vítimas potenciais pelo simples fato de serem negros. Mulheres sejam vítimas potenciais pelo simples fato de serem mulheres e em tese estarem fragilizadas pela condição de mulher. Óbvio que isso é, Byron, uma absurda minoria dentro da força policial. Mas, infelizmente, naturalmente e necessariamente, causa-se uma repercussão porque está em jogo a vida. E uma vida vale o esforço de todos nós pela necessidade de mantê-la preservada. Portanto, nunca é demais o empreendimento de esforço de todos nós em favor de uma vida. E acho que esse instrumento que se coloca aqui, da possibilidade de câmaras corporais, é, sobretudo, um instrumento em favor da vida. Mas não é da vida apenas daquele que é, digamos assim, submetido a uma ação da força policial – não é, mas é também –, mas é também da vida do policial, que diuturnamente sai de sua casa e que reza para retornar ao carinho da sua família e que pode ser submetida a uma série de coisas, e que a câmera corporal pode ser um instrumento que agora dê luz à violência que ele foi submetido. Portanto, não é algo tão simples. Como disse o Pastor Diego, o Artigo 37 da Constituição exige essa publicidade, exige essa transparência, exige essa impensoalidade, existe essa ação que é do Poder Público. Eu sou professor. É, Soneca, algo muito improvável que eu seja morto em circunstância do exercício da minha

profissão de professor, mas é possível, qualquer um pode morrer, ser assassinado. Mas o risco que o policial coloca, dentre eles, está o risco a sua própria vida. Portanto, seria esdrúxulo que eu, professor, coloque, digamos assim, uma câmera corporal para monitorar os riscos que eu passo, mas é razoável que, na força policial, isso possa existir para monitorar a potencial violência que ele pode ser submetido e os riscos de abuso de poder. Porque digo, até o Exército, até as guerras, existe lá a Convenção de Genebra, que foi instituído em 1949, após a Segunda Guerra Mundial, que diz que nem na guerra pode tudo. Nem na guerra pode tudo. E quem é que vence a guerra? É quem mata mais. O exército existe, a força coercitiva do exército, o outro diz: "Ih, eu não vou meter ali, não, porque as baixas serão grandes.". O exército não está ali para recrutar, para prender e botar, não. O exército vai lá e mata, na guerra vence isso. Até que os outros se rendam, porque viram quantos morreram. Até na guerra existe a Convenção de Genebra que diz: "Olha, isso é possível e isso não é. Isso aqui é desumano. Isso aqui não é razoável que exista na guerra.". Esses aspectos. O que eu acho, repito, não é uma coisa simples, não é uma coisa acessória, mas é uma discussão presente nesse nosso tempo. Esse volume de coisas que colocaram da imprensa, o próprio governo de São Paulo reconhecendo a necessidade das câmeras estarem presentes e monitorando sempre, esse conjunto de violência que se colocaram... Às vezes eu também fico preocupado porque generaliza, e não pode generalizar. Eu tenho aqui meu querido amigo Byron, tem mais algum militar aqui? Não, nessa legislatura Byron é o único. É absolutamente improvável a possibilidade de Byron, aqui na minha cabeça, porque eu conheço a figura que é humana, solidária, preocupado com os aspectos humanos das pessoas, os aspectos humanísticos da sua pauta, ter uma postura daquela natureza, mas, algum que tenha acabado maculando a própria imagem do Byron, na medida em que ele é membro dessa corporação. Eu repito: não é algo tão simples. A Guarda Municipal, conheço alguns que são a favor, conheço alguns que são contra, mas, repito, meus queridos amigos, guardiões da cidade de Aracaju: acho que é um instrumento, inclusive para sua proteção, para sua defesa, contra acusações indevidas. Porque o mundo do crime também fica encontrando alternativa para acusar aquele que é representante do Estado e que está ali pra coibir o crime. Ele também fica utilizando isso, que é natural, na hora das disputas. Mas, Elber, você queria um aparte.

ELBER BATALHA – PSB – APARTE

Bittencourt, meu aparte é somente para referendar grande parte da sua fala e dizer o seguinte: sabemos que é um assunto polêmico, que é um assunto tortuoso, mas, igual a outros temas, é um caminho sem volta. Isso é um caminho sem volta. Eu acho que o que torna mais complexa essa propositura de Sônia é o fato de, infelizmente, o Governo do Estado está perdendo a oportunidade de sair na frente, não tendo aderido ao programa nacional de financiamento das câmeras, o qual a Bahia aderiu, Ceará aderiu e Sergipe ficou de fora. Porque, realmente, se você for analisar, discutir isso com Bittencourt, isso é extremamente mais necessário à atividade da PM que à atividade da Guarda, porque a atividade, vamos dizer assim, mais policial, intervencionista da guarda, é muito menor do que a da polícia, imensamente menor fazendo os comparativos, mas é um caminho sem volta. Eu digo que votarei favorável, sem fazer cavalo de batalha, sem generalizar, entendendo a dificuldade de membros da guarda e de membros da polícia, em um primeiro momento, de receberem essa nova situação, porque toda inovação é complexa, traz receios, sobretudo no que torna sua atividade profissional um *reality show* permanente, mas isso é em nome da segurança pública, inclusive dos próprios agentes. Se não fosse aquela câmara do posto de combustível, aquele policial daquele evento lamentável daquele jovem iria responder por homicídio. Então, a câmara também salva e protege o bom policial. E eu quero fazer um recorte: no município de Aracaju, as sinalizações de possíveis nomes que podem ser secretário de defesa social me dão uma convicção de que eu tenho que votar no projeto de Sônia mais ainda, pelas sinalizações de quem pode mandar na Guarda, de quem pode mandar na defesa social do município. Meu voto será favorável, respeitando as opiniões divergentes por saber e entender que é um assunto árduo, é um terreno ainda movediço, que muito pouco se conhece sobre a área.

PROFESSOR BITTENCOURT – PDT – DISCUTINDO PROJETO

Ok, muito obrigado, Elber, pela reafirmação disso. Eu repito: acho que é um instrumento importante para a política de segurança, a segurança não existe sem a força policial, a segurança não existe sem as polícias, sem as guardas. São homens e mulheres que contribuem enormemente para a reafirmação da cidadania e, às vezes, coisas que alguns que pensam que é contraditório, para a garantia dos direitos humanos. Não é bandido, não é marginal que garante direitos humanos, a força policial é um instrumento grande disso. Inclusive esse exemplo que Elber colocou é muito feliz. Ora, não fosse a as câmaras do posto de gasolina, o policial estaria com grande dificuldade de comprovar

que o foi realizado ali, não foi algo, digamos assim, não foi expressão da violência dele, um ato irregular da parte dele. Portanto, era isso, Professora, parabenizar pelo projeto, votarei a favor. Espero que seja aprovado aqui nesta Casa, porque acho que é um caminho sem retorno e a gente precisa, cada vez mais, avançar nisso. Obrigado.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO FABIANO OLIVEIRA – PP

Sargento Byron.

SARGENTO BYRON – MDB – DISCUTINDO PROJETO

Bom dia, senhor presidente. Pegando a fala do vereador Pastor Diego e aqui eu já falei sobre isso, com o advento das emendas impositivas... Vereador Elber, Vereador Elber... Com o advento das emendas impositivas, os vereadores puderam, além do discurso, poder deixar a sua impressão digital no que acreditava ser pertinente ao desenvolvimento, seja das secretarias, seja das instituições de Terceiro Setor. E aqui no primeiro ano que tivemos emenda impositiva, eu, junto com o vereador Soneca, que vereador de periferia e entende a necessidade do fortalecimento das instituições de segurança pública, destinamos emendas. Será que essa preocupação foi tida na mesma proporção que é da fiscalização da atividade da Guarda Municipal? Eu sei a importância que é uma instituição como a Guarda Municipal, que tem como missão guardar o patrimônio público municipal. Sei e valorizamos os guardas municipais quando votamos no projeto de reestruturação de carreira, aqui a gente se debruçou sobre a necessidade que foi trazida pelos guardas municipais. O vereador Breno destinou emendas para a troca do ciclo patrulhamento da Guarda Municipal. Junto com o Vereador Soneca, cada vereador à época deu R\$ 50 mil, eu destinei R\$ 90 mil para compra de armamentos e outras situações. E ainda, vereador Cícero, carecem de muito investimento, mesmo a prefeitura tendo feito seus investimentos é um aparelho da prefeitura que precisa muito de investimento. A senhora ouviu aqui, vereadora, e direcionando para a senhora, com todo o respeito, a senhora ouviu aqui da necessidade de radiocomunicador, que é numa ocorrência que pode se dar, que a gente... Eu, enquanto policial, fui muito para uma ocorrência de som alto e me deparei com uma situação que o Pastor Diego falou, de uma revolta vindo para cima de dois policiais. Hoje a gente está aqui votando em um projeto que, com certeza, a gente entende da responsabilidade, da transparência do serviço público, vereadora. É muito importante que cada ato do servidor público, que é pago com imposto das pessoas, tenha a sua transparência, mas é fato, a gente entende que também precisa investir em outras áreas

que têm uma necessidade muito maior do que essas câmeras hoje. Eu sei que esse projeto... Eu falo isso com maior, vereadora, porque qual a incidência que tem de violência de integrantes da Guarda Municipal mediante o que é colocado e o que a gente tem visto de servidores da segurança pública voltados à Polícia Militar, por exemplo? É ínfimo, é ínfimo diante do que a gente vê com a ação das polícias, e é por isso que é esse o meu posicionamento. A gente pode e deve... Está aqui, a gente está fazendo destinação de emendas impositivas para várias secretarias, várias. Então, há que se fortalecer, sim, a instituição, é importante a transparência, mas, como eu disse, a gente está votando num projeto em regime de urgência, sem nós vermos, nesse momento, um grande clamor social, por alguma coisa que a Guarda Municipal tenha feito que... E eu vou frisar aqui para a senhora, a senhora falou uma fala que a Polícia Rodoviária Federal matou Genivaldo, não foi a Polícia Rodoviária Federal. Foram integrantes da polícia Rodoviária federal que ceifaram a vida de Genivaldo. A gente não pode tratar integrantes como a instituição, porque a senhora falando assim macula a instituição. Na fala da senhora, a senhora falou “a polícia Rodoviária federal matou Genivaldo” e não foi isso. Eles são da polícia federal, mas não foi a Polícia Rodoviária Federal que matou. Então, a senhora não pode estender uma ação de um integrante para toda instituição? É só um cuidado que eu estou falando, vereadora. Eu sei que, às vezes, no clamor da fala, a gente acaba se excedendo, entendeu? Eu sei que a senhora não quis macular toda a instituição da Polícia Rodoviária Federal por uma ação que foi feita por alguns integrantes. É isso, entendeu? Mas, enfim, por entender que o aparelhamento ainda é de base. A Guarda Municipal hoje não tem o que necessita para desempenhar as suas atribuições como deveria ser. É por isso que eu voto contrário. Dou uma aparte, sim, a senhora, vereadora.

PROFESSORA SÔNIA MEIRE – PSOL – APARTE

Primeiro, vereador, obrigado pelo aparte. Eu quero dizer que eu citei o caso de Genivaldo, mas eu não generalizei. Talvez a quem escuta, escuta como generalização, eu disse que há letalidade nas três esferas, que não é só uma questão municipal, nem estadual, nem federal, há problemas de abuso da força em três esferas. Foi nesse sentido. Agora, houve pessoas que cometem o crime contra Genivaldo e eu citei e, inclusive, acompanhei todo o caso, certo? Então, longe de mim generalizar, porque nós sabemos e nós precisamos de segurança pública, sim. É preciso, inclusive, cada vez mais, colocar a importância da guarda na segurança pública, nas áreas onde ela atua,

porque hoje não há, exatamente, a condução, a segurança pública promovida pela guarda até hoje, eu venho estudado, eu estou estudando tudo isso, ela fica à mercê dos gestores municipais. Nós temos períodos em que a guarda tem uma atuação mais voltada para aquela sua finalidade, para a sua função e tem momentos que menos, e isso tem exigências diferentes. Assim como também nosso Projeto de Lei não nega nenhuma importância da condição de trabalho dos agentes. Não só coloquei emendas, como também tenho defendido aqui emendas no orçamento que não foram aprovadas aqui. Emendas no orçamento para garantir melhor condição de trabalho dos agentes de segurança. Então, isso é muito importante. Uma coisa não substitui a outra. Até porque, o recurso para as câmeras virá, exatamente, do Governo Federal e com um prazo de 1,5 ano para começar, que é o tempo que a gestão tem, inclusive, de recorrer aos editais que o Governo Federal vai lançar para o uso de câmeras, para compra, aquisição do sistema. Assim como, GPS nas viaturas que não tem, na polícia não tem em todas, na guarda não tem em todas, porque isso ajuda. É isso que eu queria explicar. Obrigada.

SARGENTO BYRON – MDB – DISCUTINDO PROJETO

Vereadora, só para contribuir, eu sou a favor da transparência, como eu falei. Entendo a necessidade, sim, de a gente poder dar a população um retorno com relação à contribuição dos impostos que ela tem ao pagar os nossos salários, de todos os servidores, seja na esfera política ou não. Mas, como eu disse, a gente não pode tratar as instituições por ato dos indivíduos. Porque como a gente recrimina o fato de nós sermos políticos e sermos taxados de alguma maneira por ato de alguém que lesou o patrimônio público, que foi pego com dinheiro na calça, não é, vereador Elber? Então, todos os políticos não são assim. Bem assim os integrantes da segurança pública. Reforço o meu voto contrário em virtude de entender que a guarda merece investimentos primários que ainda não têm. Primários. Como a senhora falou, o GPS de uma viatura, um radiocomunicador, às vezes, alojamentos nas estadas de 12 horas ou 24 horas que tem. Respeitando todo o posicionamento da senhora, toda a construção, que eu entendo que é legítima, eu voto contrário.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO FABIANO OLIVEIRA – PP

Cícero.

CÍCERO DO SANTA MARIA – PODEMOS – DISCUTINDO PROJETO

Presidente, eu vou ser bem rápido. Como foi citado o caso de Genivaldo, mesmo os policiais sabendo que estavam sendo filmados, não impediu de eles praticarem o crime. Eles viram que a família toda estava filmando, mas não impediu. Então, eu acho que o que precisa é ter capacitação para os policiais, para os guardas municipais e não é uma câmera que vai impedir aquele que pratique erro. Porque, por exemplo, nós já vimos aqui nesta Casa, infelizmente, em outra legislatura, de vereadores até puxar a arma para o outro. Infelizmente, em outra legislatura, mesmo ele sabendo que estavam sendo filmados, que aqui tem câmera em todos os lados. Então, eu acredito que quando o cara é errado, a câmera não vai intimidá-lo de praticar o erro. Um aparte a Elber Batalha.

ELBER BATALHA – PSB – APARTE

Cícero, eu vou, com todo o respeito, discordar de Vossa Excelência em dois pontos. Primeiro, Vossa Excelência fala que os rapazes lá, os policiais, sabiam que estavam sendo filmados. Eu não vou entrar nesse mérito do saber e do não saber, mas eu lhe asseguro uma coisa, se eles não tivessem sido filmados, eles não teriam sido condenados. Porque Vossa Excelência que é do Santa Maria, o senhor tem dúvida de que muita gente do Santa Maria já morreu assim e não se descobriu o que foi porque não tinha câmera? Seus vizinhos lá de bairro, da sua rua. Não é porque eles são piores que eu falo Santa Maria, não, é porque a presunção é de quem é pobre, de quem é preto é delinquente. A minha origem é extremamente humilde e eu estava me lembrando, porque, às vezes, a gente fica ouvindo discussões, debates, e eu procuro sempre não me perder na formação das minhas opiniões para votar. Eu me convenci de votar nesse projeto, sabe por quê, Cícero? Eu lembro que eu jovem, um dos primeiros shows, Sônia, que eu tive dinheiro para ir. Eu, comerciário, balconista de loja, fui ao Gonzagão para um show de Nando Cordel. Ao voltar, eu fui abordado por uma viatura policial em um táxi. Eles fizeram a gente descer do táxi, botaram metralhadora na minha cabeça e eu dizendo o seguinte: “Meu amigo, eu sou trabalhador.” “Prove que você trabalha.”. Sabe por que era isso? Porque era do Gonzagão. É isso, porque era do Santa Maria. E se tem uma coisa que eu não costumo, procuro e me vigio peremptoriamente é de não esquecer de onde a gente vem. Dou-lhe essa dica, amigo. Lembre onde você mora. Lembre-se que a maioria dos seus está do lado de quem morre e que não tem câmera para filmar, viu?

CÍCERO DO SANTA MARIA – PODEMOS – DISCUTINDO PROJETO

Eu entendo as suas colocações, Elber, mas o que eu quero dizer é que quando o cara é errado, uma câmera não vai intimidar, não. A gente sabe que muitas e muitas vezes, policiais mesmo já mataram e já teve a necessidade de ter que atirar e não teve câmera. A gente sabe que alguns já conseguiram a defesa por causa das câmeras, como é o caso de Genivaldo, mas o que eu estou colocando é que não é uma câmera que vai intimidar, não. Você quer um aparte, não é? Pode ir.

CAMILO DANIEL – PT – APARTE

Eu vou ser bem breve aqui. Eu estava ouvindo aqui a fala de Byron e eu estava pensando o seguinte: eu acho que o projeto da Professora Sônia vem num momento muito importante e comprehendo que não se pode generalizar, e eu acho que ninguém está falando aqui da categoria, nem dos guardas, nem dos policiais militares, nem da Polícia Rodoviária Federal. Mas eu acho que o período que a gente vive, Byron, Cícero, o período que a gente vive, 2024, entrando em 2025, a gente tem uma série de novas ações que estão acontecendo e que vão melhorando a transparência da ação pública e do serviço público. Porque que eu estou dizendo isso? Porque a gente teve, pastor Eduardo, durante essa semana, fatos gravíssimos no estado de São Paulo, por exemplo, que um sujeito... Motivo, inclusive, do pronunciamento aqui do vereador Elber, que um policial jogou uma pessoa de cima de um viaduto, de uma ponte. Veja, na mesma hora que você tinha o governador de São Paulo com uma opinião completamente contrária às câmeras, pouco tempo depois, a opinião pública o fez rever completamente o que ele pensava sobre isso. Pois é, e quem fez isso? As câmeras. Eu tava ouvindo sua fala, vereador Cícero, eu acho que o vereador Elber foi muito pertinente quando ele disse isso, a gente tem que ver o que é que acontece na maior parte dos casos. Eu me esforcei muito para não criar, nessa situação toda que o Brasil está, um problema com as corporações. “Ah, a esquerda é inimiga da polícia. Inimiga de empresário.”. Acho que esse debate é para além disso, eu acho que a gente tem que começar a construir, e o projeto da Professora Sônia é fundamental nesse aspecto – só para concluir, Cícero, o tempo –, mas a gente tem que construir um processo de controle social também da segurança pública, um controle social de várias e várias outras áreas. Acho muito importante esse projeto e parabenizo a Professora Sônia. Aproveito também o momento para pedir o voto, para pedir o voto para Cícero, acho que o que houve durante esses últimos 20 dias, 30 dias aqui teve condições, Professora Sônia, da gente melhorar e aperfeiçoar o projeto e acho que isso daí é o que o coloca para ser votado e aprovado também por essa legislatura. O

senhor estará fazendo parte da história votando em um projeto tão importante como esse.

CÍCERO DO SANTA MARIA – PODEMOS – DISCUTINDO PROJETO

Valeu. Sargento Byron quer um aparte.

SARGENTO BYRON – REPUBLICANOS – APARTE

Camilo, aproveitando a sua fala, pegando o aparte aqui de Cícero, a gente sabe que os investimentos são voltados a incidências. Por exemplo, a gente precisa de investimento em creches porque tem pessoas que estão fora da sala de aula e os pais precisam trabalhar, então tem crianças que precisam de creche. Então, quando eu falei da demanda... A demanda de casos de violência, porque é um investimento muito grande, vereador Camilo. É um investimento muito grande que vai ser feito em câmaras, tendo outras necessidades, seja de infraestrutura... Eu falo infraestrutura com relação ao trabalho dos guardas municipais. Tem a questão voltada também, a gente falou do aparelhamento, a guarda precisa de armamento, a guarda precisa de colete e isso são investimentos recorrentes para a atividade, colete tem data de vencimento. As guardas municipais, vereador Cícero, recebem armas doadas de outras instituições de segurança pública que já não lhes servem mais, armas que não servem mais, estão defasadas da Polícia Militar, da Polícia Civil e de outra instituição são dadas, coletes, trabalham com 38. Não possuem, por exemplo, treinamento de armas não letais e quando fazem é pelo investimento dos próprios guardas. Os próprios guardas pagam cursos do próprio bolso para melhor oferecer o serviço, vereador Elber, para população. Eu falo pela incidência, vereadora Sônia Meire, de casos de violência que envolvem guardas municipais no exercício da atividade. Não estou falando fora, não, é no exercício da atividade, no seu dia a dia. Obrigado, vereador Cícero.

CÍCERO DO SANTA MARIA – PODEMOS – DISCUTINDO PROJETO

Valeu, obrigado pela sua participação Byron. Só para concluir, eu sei que é um projeto que pode ser importante, mas eu recebi várias ligações de alguns amigos guardas municipais pedindo que não deixe tirar a privacidade deles. Eu acho que a gente deveria pedir e exigir que coloque câmeras nas praças que estão sendo destruídas e ninguém vê como foi destruído, porque não colocam câmeras. Quando nós enviamos as emendas para a Guarda Municipal, foi um dos nossos pedidos que a gente colocasse câmeras nas praças. No 17 de Março, nós temos 12 praças, estão quase todas destruídas porque não

têm câmeras para ver quem foi que destruiu. Eu lhe digo, vou pensar, mas não vou votar a favor do projeto. Posso até me abster, mas, desculpe-me, não vou votar. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO FABIANO OLIVEIRA – PP

O projeto continua em discussão. Não havendo quem queira discutir. Pois não. Recomposição de quórum. Vamos contar aqui agora, vamos contar aqui rapidamente. Vamos contar aqui. Vamos lá: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12... 15. Quantos temos aqui? 15. Temos quórum. Projeto em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Quem está solicitando votação nominal? Vereador pastor Eduardo? Votação nominal, painel aberto. Vamos lá. Em votação.

CAMILO DANIEL – PT

Justificar meu voto, presidente.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO FABIANO OLIVEIRA – PP

Justificando voto, nobre vereador Camilo.

CAMILO DANIEL – PT – JUSTIFICANDO VOTO

Na última votação da primeira discussão, a gente tinha aqui representantes da guarda e do sindicato. Como, durante esse último mês, a Professora Sônia conseguiu reunir e equacionar as questões com a categoria, e, hoje, não tem a presença, por exemplo, de representantes do sindicato, é sinal de que é um projeto consensual. Então, é por isso que eu voto sim.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO FABIANO OLIVEIRA – PP

No Painel. Registre seu voto, Vossa Excelência, por obséquio, por gentileza. Cícero votando, Anderson de Tuca, Bigode, Binho, Elber, Breno Garibalde, Sargento Byron, querido irmão Soneca, Eduardo Lima. Anderson de Tuca. Podemos encerrar? Marquinho, ajuda aí que já vamos para outro projeto. Anderson de Tuca. Tuca. Vamos encerrar? Isac. Isac, vota como, Isac? Isac, seu voto para registrar. Marquinho, o voto de Isac, ele está solicitando, por gentileza, o voto “sim”. Podemos encerrar? Tudo, ok? Sim: 8. Não: 5. Abstenção: 1 voto de abstenção. O projeto está aprovado.

PROFESSORA SÔNIA MEIRE – PSOL

Presidente.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO FABIANO OLIVEIRA – PP

Projeto de Lei Complementar de nº 8/2024 (Leu). Faltando parecer da Comissão de Justiça. Com a palavra, o presidente da Comissão de Justiça, o parlamentar Pastor Diego.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei nº 8/2024. (Leu). Coloca o projeto aí, por favor. Eu voto. Eu era contra, eu falei no discurso. Eu dei discurso que era contra. Eu estava atendendo. Dei discurso nas duas votações. Projeto de Lei Complementar nº 8/2024. “Faço saber que Câmara municipal de Aracaju aprovou e sanciona a seguinte lei. A Lei Complementar Municipal nº 169, 16 de agosto 2019, passa a vigorar com as seguintes redações: ‘§ 1º A exercer o direito a gratificação que trata o caput deste artigo, o servidor não poderá acumular concomitantemente a gratificação por serviço extraordinário superior disposto no Artigo 93. § 2º O exercício interrumpo do benefício pelo prazo de 5 anos assegurará o servidor automaticamente a incorporação definitiva do valor a sua remuneração. § 3º Aos servidores efetivos que até a publicação desta Lei Complementar tenha o exercício intercalado de 8 anos ou que tenha a decisão judicial definitiva do benefício terá a incorporação automática ao valor da remuneração. § 4º O valor corresponde à gratificação que trata o caput deste artigo será de 50%, 100%, 150% ou 200% do cargo ocupado pelo servidor, obedecidos os critérios a serem estabelecidos por resolução da Mesa Diretora da Câmara Municipal. § 5º É permitida a acumulação da gratificação de representação de gabinetes a que se refere o Artigo 98, com a gratificação por tempo integral, desde que a soma de percentuais não ultrapasse o máximo de 200%.”. Subseção Do Exercício. “Art. 99. A Câmara Municipal de Aracaju, por deliberação do seu presidente, poderá conceder aos seus servidores CPE e CPC um adicional por serviço legislativo no valor mensal correspondente a 80% do cargo em comissão do símbolo CCE-03 na respectiva tabela de cargos da Câmara Municipal de Aracaju. § 1º O valor correspondente à gratificação de que trata o caput deste artigo tem caráter indenizatório, não incorpora o vencimento, remuneração, proventos ou pensão, não configurando o rendimento tributável, não constituindo base de incidência de contribuição previdenciária por determinação legal. § 2º A Câmara Municipal estabelecerá, por ato do senhor presidente, os critérios para a sua concessão ou para a concessão do adicional estabelecido no caput deste artigo das concessões do auxílio

alimentação.”. § 2º do Artigo 147: “O auxílio alimentação será concedido em igual valor para todos os servidores da Câmara Municipal, devendo ser fixado por ato administrativo específico e deve ser atualizado anualmente, na data base de 1º de abril, pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor ou índice que o substitua, de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras.” Artigo 150, auxílio-saúde: “§ 1º O auxílio-saúde é concedido a todos os servidores da Câmara Municipal em valor estabelecido de acordo com a faixa etária de cada um por ato administrativo específico. § 2º O auxílio-saúde deverá ser atualizado anualmente, na nota base de 1º de abril, pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor ou índice que o substitua de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras.”. Do auxílio-educação, artigo 152-A: “O auxílio-educação é devido em pecúnia de natureza indenizatória aos servidores CPE que tiver dependentes da faixa etária de 0 a 17 anos de idade, e tem por objetivo oferecer aos dependentes dos servidores do Poder Legislativo de Aracaju condições de atendimento em creches ou entidades equivalentes, pré-escolares ou instituições de ensino até o ensino médio, para o custeio de mensalidades. Parágrafo único. Terão este benefício assegurados, os dependentes de servidores CPE, que completarem em 18 anos após o início do ano letivo em exercício, recebendo até o final do referido ano.”. “Artigo 152-B. Considera-se dependentes para efeito da percepção do auxílio-educação que trata esta lei: I - filhos; II - dos enteados, caso a guarda unilateral seja em favor do cônjuge ou companheiro de servidor; III - crianças sobre a guarda unilateral ou tutela do servidor comprovadamente mediante apresentação dos respectivos termos.”. “Artigo 152-C. O auxílio-educação deve ser pago mensalmente no valor de R\$ 250. Parágrafo único. O valor previsto nesta lei deve ser atualizado por ato da presidência da Câmara Municipal de Aracaju anualmente, na data base de 1º de abril, pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor ou índice que o substitua de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira.”. “Artigo 152-D. Sendo os cônjuges servidores da Administração Pública em qualquer de suas esferas, o auxílio-educação deve ser concedido a apenas um. Se não partilharem do mesmo teto, ao que tiver a guarda unilateral do dependente. Sendo guarda compartilhada, ao que for servidor da Câmara Municipal de Aracaju.” Artigo 4º, Anexo III da Lei Complementar nº 169, 16 de agosto, de 2019, que “Dispõe sobre a estrutura organizacional, administrativa e o regulamento de pessoal do Poder Legislativo Municipal passa a viger na forma dos anexos desta Lei Complementar.” “Artigo 5º As despesas decorrentes da aplicação dessa Lei Complementar ocorrerão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento do município de

Aracaju para o Poder Legislativo a partir do exercício financeiro de 2025.” “Artigo 6º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação e seus efeitos a partir de 2 de janeiro de 2025.” Senhor presidente, não vejo nada que impeça a tramitação. Eu acho que embaixo é só anexo é, isso? Justificativa? O que é que tem embaixo? São os anexos, não é? Eu não vejo nada que impeça a tramitação, não. Eu voto pela tramitação. Como vota o vereador Elber?

ELBER BATALHA – PSB

Utilizei-me da consultoria do nosso querido Moacir que, além de assessor da Mesa, é servidor, o servidor mais longevo desta Casa em atuação. Ele explicou, porque algumas coisas me chamaram a atenção, mas ele explica que a maioria dos direitos já existem, são apenas atualizações de valores e uma modificação com relação à gratificação de tempo integral e sua incorporação, que ela hoje só permite quando for 5 anos ininterruptos e ele coloca a possibilidade de serem 10 anos intercalados para que evite que o presidente retire essa gratificação de um servidor no último ano e depois a devolva no ano seguinte para zerar esse tempo de acumulação. Particularmente, eu não gosto muito da ideia dessas incorporações em si para que não se gere uma injustiça. Para que daqui a pouco você não tenha dois servidores trabalhando lado a lado numa mesa, numa mesma carga horária e um ganhando o dobro que o outro e com o direito de trabalhar até menos, mas é uma realidade que já existe, não vou impor a minha apreciação a um direito que já é adquirido dos servidores. Acompanho Vossa Excelência.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Como vota o Sargento Byron?

SARGENTO BYRON – MDB

Sigo Vossa Excelência, relator.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Como vota Tuca?

ANDERSON DE TUCA – UNIÃO BRASIL

Seguindo meu sempre presidente Diego, na próxima também, viu, Diego?

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ad hoc, vereador Breno?

BRENO GARIBALDE – REDE

Sigo o relator.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Aprovado, presidente, na comissão.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO FABIANO OLIVEIRA – PP

Comissão de Serviços Públicos e Administração. Esse é o Projeto de Lei Complementar nº 8/2024, em caráter de urgência da Mesa Diretora. Breno Garibalde.

BRENO GARIBALDE – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, TECNOLOGIA, SEGURANÇA, ADMINISTRAÇÃO, TRANSPORTES E COMÉRCIO

Nada que impeça a tramitação, meu parecer é favorável. Como vota vereadora Sheyla Galba?

SHEYLA GALBA – UNIÃO BRASIL

Com o relator.

BRENO GARIBALDE – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, TECNOLOGIA, SEGURANÇA, ADMINISTRAÇÃO, TRANSPORTES E COMÉRCIO

Como vota o vereador Soneca?

SONECA – PSD

Com o relator, senhor presidente.

BRENO GARIBALDE – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, TECNOLOGIA, SEGURANÇA, ADMINISTRAÇÃO, TRANSPORTES E COMÉRCIO

Como vota ad hoc o vereador Elber Batalha?

ELBER BATALHA – PSB

Com o relator.

BRENO GARIBALDE – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, TECNOLOGIA, SEGURANÇA, ADMINISTRAÇÃO, TRANSPORTES E COMÉRCIO

Aprovado, senhor presidente.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO FABIANO OLIVEIRA – PP

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Tem que ser votação nominal? Tem que ser votação nominal, pela lei complementar é nominal. Então, painel aberto, aberta a votação. Aberto no painel a votação. Sargento Byron, como vota? Vereadora Sônia, professora querida. Binho. Soneca. É da mesa diretora. Isac. Soneca. Bittencourt, já foi. Diego. Por favor, Marquinho, Diego vota “sim”. Eduardo. Vamos encerrar a votação, só falta Eduardo Lima. Ok, foi. 15 votos “sim”, aprovado.

Projeto de Resolução nº 23/2024, em caráter de urgência, autoria da Mesa Diretora, em 1ª discussão. Faltando parecer da Comissão de Justiça. Com a palavra, o vereador Pastor Diego.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

O nº 23 eu vou passar a relatoria para o vereador Anderson de Tuca, para ser o relator do Projeto nº 23/2024.

ANDERSON DE TUCA – UNIÃO BRASIL – RELATOR DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Presidente, para você continuar, eu faço tudo. Mande-me para eu ler o projeto. Bote-o em tela. Claro, meu eterno do presidente. *I love you*. Senhor presidente, não encontramos nenhum... Como é algo que visa trazer um benefício para esses bravos servidores. Não encontramos nenhum erro gramatical, nenhum vício de iniciativa. Sou de parecer favorável à sua tramitação.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Como vota o vereador Elber Batalha?

ELBER BATALHA – PSB

Com o relator.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Como vota o vereador Isac?

ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL

Com o nobre relator.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Eu sigo o voto do relator também.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ad hoc, como é que vota... Sargento Byron, como vota Vossa Excelência?

SARGENTO BYRON – MDB

Sigo o relator, senhor presidente.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Aprovado, presidente, na Comissão.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO FABIANO OLIVEIRA – PP

Comissão de Serviços Públícos e Administração, Breno Garibalde.

BRENO GARIBALDE – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, TECNOLOGIA, SEGURANÇA, ADMINISTRAÇÃO, TRANSPORTES E COMÉRCIO

Pela tramitação. Como vota a vereadora Sheyla Galba?

SHEYLA GALBA – UNIÃO BRASIL

Sigo o relator.

BRENO GARIBALDE – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, TECNOLOGIA, SEGURANÇA, ADMINISTRAÇÃO, TRANSPORTES E COMÉRCIO

Como vota, vereador Soneca?

SONECA – PSD

Com o Presidente.

BRENO GARIBALDE – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, TECNOLOGIA, SEGURANÇA, ADMINISTRAÇÃO, TRANSPORTES E COMÉRCIO

Ad hoc, vereador Elber Batalha?

ELBER BATALHA – PSB

Com Vossa Excelência.

BRENO GARIBALDE – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, TECNOLOGIA, SEGURANÇA, ADMINISTRAÇÃO, TRANSPORTES E COMÉRCIO

Aprovado.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

O projeto está em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação.
Aprovado.

Projeto de Decreto Legislativo nº 105/2024, autoria do vereador Ricardo Vasconcelos. (Leu). Votação Única. O Projeto está em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

Requerimento nº 393/2024, autoria do vereador Cícero de Santa Maria. (Leu). O Requerimento está em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação.
Aprovado.

Requerimento nº 404/2024, autoria do vereador Elber Batalha. (Leu). O Requerimento está em discussão. Para discutir, o autor.

ELBER BATALHA – PSB – DISCUTINDO REQUERIMENTO

Somente para justificar, senhor presidente. O Governo do Estado está fazendo uma grande licitação de captação de eventos para o turismo e não existe em Sergipe como um todo, nem em Aracaju, uma legislação que qualifique o que é grande evento, o que é médio evento, evento pequeno porte. E, na verdade, essa lei que, conjuntamente com o Secretário de Cultura do Estado, nosso querido Gustavo Paixão, e juntamente a SESI, aos promotores de eventos, nós estamos, na maioria dos pontos, replicando a lei de São Paulo, que tenha qualificação no evento para que as empresas se... Vamos dizer assim, se inscrevam nos editais dentro de cada categoria para captar apoio do município e do estado de Sergipe. Na verdade, isso dará um lastro legislativo para que o Governo do Estado proceda a licitação.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Entendi. O Requerimento continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

Requerimento nº 396/2024, autoria do vereador Elber Batalha. (Leu). O requerimento está em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

Requerimento nº 402/2024, autoria do vereador Elber Batalha. (Leu). Para discutir, Elber.

ELBER BATALHA – PSB – DISCUTINDO REQUERIMENTO

Presidente, salvo engano, existem dois requerimentos com relação à urgência do Legislativo. Não é isso? São dois requerimentos de urgência?

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Sim. São dois: 402 e 403.

ELBER BATALHA – PSB – DISCUTINDO REQUERIMENTO

Pronto. Só para esclarecer a Vossa Excelência do que se tratam. São pautas que nós conseguimos construir um diálogo com a gestão sobre duas coisas, que eram tributações excessivas. A primeira delas, a questão dos odontólogos, dos profissionais dentistas, que a Prefeitura Municipal de Aracaju vinha cobrando a licença da vigilância sanitária por profissional de odontologia e não por ambulatório. Ou seja, se eu, dentista, Eduardo, dentista, Isac, dentista, dividíamos consultório em dias alternados e em turnos alternados, a despeito de utilizarmos o mesmo consultório, o mesmo ambulatório, a

prefeitura exigia que eu tivesse uma licença, R\$ 500 por mês; o senhor tivesse uma licença, R\$ 500 por mês; e o senhor tivesse outra licença. A justificativa, tivemos reuniões com a Prefeitura para discutir essa matéria e eles disseram que era complexo eles fiscalizarem, porque a licença de um cirurgião bucomaxilo era diferente de um protesista, era diferente de outro especialista em periodontia. Eu disse: "Os senhores têm que fiscalizar, os senhores não podem penalizar o que é menos especializado sobre isso.". Então constrói-se a especificidade do seguinte no projeto que eu peço urgência: que a licença será por profissional e a prefeitura cobrará do profissional de acordo com sua especialidade. Uma licença mais cara, uma licença mais barata. Da sala, se a sala é preparada para um procedimento cirúrgico ou se é uma sala de atendimento simples, e não cobrar o mesmo serviço de três, quatro pessoas como vinham fazendo. Por isso, o requerimento. O outro é um projeto histórico que fico muito tranquilo que nessa feita houve o compromisso do prefeito Edvaldo Nogueira e da prefeita eleita Emília Corrêa de sancionarem, que é o seguinte: as escolas particulares de Aracaju, estabelecimento de ensino, tem uma luta histórica com relação a sua tributação. A tributação deles é feita por regime de caixa. O que é que a prefeitura faz? A prefeitura visita o Colégio X, o Janelinha do Saber, do nosso querido Janelinha, chega na 5ª série, Sônia, pergunta. Quantos alunos têm matriculados nessa 5ª série? 50 alunos. Quanto é a mensalidade? R\$ 500. Então, R\$ 500 vezes 50, R\$ 25 mil. E a Prefeitura aplica os 5% do ISS e recolhe antecipado. Ou seja, as escolas pagam ISS pela inadimplência também. É uma luta histórica das escolas que eles paguem por regime de caixa, do que eles recebem, eles pagam, através dos boletos, os controles. Tenho que ser justo aqui, Edvaldo Nogueira se comprometeu nas três vezes que foi candidato e não cumpriu. Nessa eleição, tanto Luiz Roberto quanto Emília se comprometeram a corrigir essa injustiça com os estabelecimentos de ensino. E é essa outra proposta, os estabelecimentos devem estar aqui, a federação, as associações, amanhã na votação, para pedir o apoio. Eles querem pagar imposto pelo que eles recebem efetivamente. É só isso e peço aprovação da urgência dos colegas.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Requerimento... Pela Ordem.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PELA ORDEM

Eu quero parabenizar aqui a fala de Elber, a gente conversou em alguns momentos sobre isso. Eu tenho um colega, Rodrigo também, do Colégio Santana, que já

conversou muito comigo sobre esse tema, sobre a importância e a injustiça que os donos de escolas particulares sofrem no pagamento do ISS. Eu quero parabenizar a Elber por trazer essa propositura, por atender o clamor dessa classe tão importante para Aracaju e pedir a subscrição do projeto. Pode contar com todo o meu apoio.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Pela Ordem, vereador Fabiano.

FABIANO OLIVEIRA – PP – PELA ORDEM

Senhor presidente. Vereador Elber, eu quero pedir a Vossa Excelência a permissão para subscrever. Estive com o Cobrinha, estive com o dr. René, com o professor René, estive lá pessoalmente e, realmente, a gente pode consertar essa injustiça de pagar imposto do que não recebeu. É a cobrança antecipada, pois não, Elbinho, um aparte.

ELBER BATALHA – PSB – APARTE

Eu estava conversando aqui com o nosso querido Fabrício, ele fazendo algumas ponderações, mas eu faço uma ressalva. Há um sério complicador quando se fala da escola. Por quê? É o único serviço que você não pode suspender a prestação por inadimplência. Ou seja, se o pai ou a mãe do aluno o matricula no primeiro mês e depois não paga nenhuma das 12 mensalidades, o colégio não pode suspender. Imagina o que está acontecendo, sem receber as 12 mensalidades, a escola está tendo que recolher o ISS. Então, na verdade, você não recebe e recolhe o ISS da inadimplência. Hoje, Fabiano, os números de inadimplência chegam próximos a 35%.

FABIANO OLIVEIRA – PP – PELA ORDEM

Exatamente. Bem colocado. Peço a Vossa Excelência a autorização para subscrever e corrigir essa falha, para que a gente possa ter a legitimidade da cobrança devida do que realmente efetivamente é pago. Eu tenho que pagar imposto em cima do que eu recebi e não pagar antecipadamente sobre um tributo o qual eu não coloquei dentro do caixa da escola. Parabéns, Elbinho.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Pela subscrição do vereador Byron.

SARGENTO BYRON – MDB – PELA ORDEM

Só para subscrever, vereador Elber. Parabéns pela iniciativa.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Não havendo mais quem queira discutir, o requerimento está em discussão. Não havendo mais querer discutir, em votação. Aprovados.

Requerimento nº 402 e o 403 da mesma autoria, diz respeito ao Código Tributário Municipal, essa situação toda que já foi discutida. Os dois Requerimentos nº 402 e 403 estão em discussão. Não vendo quem queira discutir, em votação. Aprovados.

Requerimento nº 406, autoria do vereador Fabiano. (Leu). O requerimento está em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

Requerimento nº 409/2024, autoria da vereadora Professora Sônia Meire. (Leu). O requerimento está em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

Convoco outra Sessão Extraordinária para daqui alguns segundos, declarando encerrada a presente sessão.

[SESSÃO ENCERRADA]

Revisado por Maria Tereza Melo Mendonça.